

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 066

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE JUNHO DE 1999**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Algaci Tulio.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1252

Senhor Presidente.

Conforme o disposto no artigo 132, § 2º, inciso VIII, do Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Assembléia Legislativa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja adiada a discussão do Projeto de Lei nº 142/99, constante o item 6 da pauta da Ordem do Dia, na Sessão Ordinária prevista para esta data, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 10.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1254

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município da Lapa, pela passagem de seus 230 anos de fundação, em data de 13 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 10.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Lapa estará completando no dia 13 de junho próximo - Domingo, seus 230 anos de fundação. A Lapa originou-se de um pequeno povoado fundado às margens da antiga Estrada da Matta, que era apenas um trecho histórico "Caminho do Sorocaba", por onde circulavam antigas tropas vindas do Rio Grande do Sul com destino à feira de Sorocaba.

Apesar da inúmeras expedições exploradoras que antecederam ao ano de 1731, é a partir desta data que se estabeleceu o Pouso de Capão Alto, primeira denominação do que hoje a cidade da Lapa. A primeira família que se fixou em Capão Alto foi a de João Pereira Braga e sua mulher Josefa Gonçalves da Silva. Em meados do século XVIII os pioneiros de Capão Alto construíram uma pequena capela sob a invocação de Nossa Senhora do Capão Alto, com a orientação dos padres Carmelitas do Tamanduá. O primeiro pároco do lugar foi João da Silva Reis, filho da Lapa.

Em 1797 Capão Alto é elevado à categoria de Freguesia e em 1806 foi elevada à categoria de Vila e passou a denominar-se Vila Nova do Príncipe. Em 1870 passou a ser sede de Comarca, sendo o primeiro Juiz de Direito, o Dr. Antonio Cândido Ferreira de Abreu. Em 1872, Vila Nova do Príncipe é elevada à categoria de Município e Cidade, com território desmembrado da Cidade de Curitiba e denominação alterada de Lapa. Na verdade o topônimo Lapa era bastante conhecido e praticado pela comunidade a muito tempo, sem que, no entanto, fosse oficializado.

A Cidade da Lapa é um capítulo à parte na história do Paraná dado à sua riqueza cultural e de fatos vividos por seus habitantes. A Lapa desempenhou à sua riqueza cultural e de fato vividos por seus

habitantes. A Lapa desempenhou importante papel durante a Revolução Federalista de 1894, revolta militar iniciada no Estado do Rio Grande do Sul.

Pela passagem do 230 anos desta histórica cidade, receba o Município da Lapa, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao Dr. Tércio Albuquerque, por ter assumido, em data de 09.06.99, o Cargo de Coordenador do PROCON.

Sala das Sessões, em 10.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi empossado em 09.06.99 o novo Coordenador do PROCON, Dr. Tércio Alves de Albuquerque. Foi Prefeito de Foz do Iguaçu, Deputado Estadual Diretor da Itaipu Binacional e Delegado Regional do Trabalho.

Ele assume o cargo com objetivos de conscientizar a população sobre seus direitos, ampliar a divulgação dos serviços prestados pelo PROCON, aumentar a média de soluções dos problemas apresentados, além das campanhas de educação do consumidor que serão desenvolvidas para que este possa avaliar melhor e fiscalizar a qualidade e o preço justo de produtos e serviços.

O direito do consumidor é um direito sagrado, que deve ser salvaguardado por Órgãos competentes como é o PROCON. O Cargo que hora assume o Dr. Tércio Albuquerque é de grande responsabilidade e temos certeza, será desempenhado por ele com sua costumeira dedicação e competência.

Pela posse, receba Dr. Tércio Alves de Albuquerque, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1255

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, solicitando relatório de obras efetuadas pelo Governo Jaime Lerner nos Municípios de Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Colombo.

Sala das Sessões, em 10.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Colombo, todos pertencentes a Região Metropolitana de Curitiba, são atendidos por meu Gabinete Parlamentar, pois em todos eles obtive votos para minha reeleição como Deputado Estadual.

Objetivando continuar prestando atendimento aos referidos Municípios, desejamos fazer um levantamento de obras realizadas pelo Governo Jaime Lerner nos Municípios citados, para o qual faz-se necessário o relatório.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 313/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Maringá, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguçu e Floresta.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 10.06.99

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Floresta dista de Maringá cerca de 35 quilômetros, e foi desmembrado do Município de Maringá, quando de sua criação.

Grande parte da população de Floresta trabalha em Maringá, sendo que seus proprietários rurais participam de feiras livres e de outros eventos comerciais.

Além do mais, Floresta pertence à Comarca de Maringá, o que a credencia ainda mais a pertencer à Região Metropolitana de Maringá.

Daí, a proposta do presente projeto de lei, que tenciona incluir Floresta na Região Metropolitana de Maringá

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes.

Horário das Lideranças: PT, PSDB, PL, PDT, PMDB, PFL, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 137/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a PROVOPAR Municipal - Ação Social do Município de Clevelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 158/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 12.04.99).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 236/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto Evangélico Moriá de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - IEMODAEC, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procopio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 41, de 11.05.99).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 242/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã de Moços de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 42, de 12.05.99).**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel a Prefeitura Municipal de Congonhinhas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 142/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Beli-

nati, que altera a Redação Final da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Timbu, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 51, de 20.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 263/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores Moradias Timbu, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1252, de autoria do senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1254 a 1256, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Em atenção à solicitação inicial do Deputado Vanhoni e para que a gente possa prestar algum esclarecimento a esse Plenário, quero em meu nome, em nome do Deputado Cesar Seleme, anunciar aos companheiros que estamos desenvolvendo gestões junto à Diretoria Nacional da UNALE, junto aos parlamentares aqui da região sul. Com vistas ao encontro regional que deverá ocorrer ainda no decorrer deste mês de junho ou no início do mês de julho, na cidade de Florianópolis, onde estaremos discutindo com a presença do Deputado Federal, Germano Rigoto, todos os aspectos inerentes ao processo que está sendo discutido a nível de

Câmara Federal e Senado, que é a reforma tributária.

E é nosso desejo também, e assim já o procedemos na forma de sugestão, que nesta oportunidade em que Deputados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e possivelmente também dos nossos companheiros do Mato Grosso do Sul estejam reunidos nesse encontro regional, que a gente possa discutir um assunto hoje bastante polêmico que é a questão da utilização dos produtos geneticamente modificados, os transgênicos, hoje tem um enfoque bastante especial sobre a soja transgênica para que a gente possa ter uma uniformidade de ação e de pensamento em termos dos Estados aqui da região sul. É evidente que hoje nós já temos posições, eu diria radicais até no ponto de vista da postura adotada, que é do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, governados por dois Governadores do Partido dos Trabalhadores que adotaram medidas de proibição do cultivo até a título experimental da soja na sua variedade, nas suas variedades transgênicas. E temos as posições do Paraná e Santa Catarina que é no sentido de se autorizar o plantio, de se implantar aqui os campos experimentais e a nível comercial campos monitorados. E é evidente que este assunto já trazido para a Assembléia na forma de três Projetos, um do Irineu Colombo, um do José Maria Ferreira, e outro do Baratter, carece de uma atenção especial de todos nós. Então, ontem ainda estive reunido com o deputado Colombo, hoje vamos de novo conversar a respeito com a diretoria Nacional, com os diretores aqui da região sul, e é bem provável que ainda nesse mês, início do mês de julho deveremos estar em Florianópolis, e aí não só nós dois, mas todos aqueles que lá puderem comparecer para esse evento regional da nossa instituição, União dos Legislativos Estaduais, que diga-se de passagem vem reagindo e buscando um espaço que esta Assembléia tem tentado ocupar quando insiste na legislação sobre matéria de trânsito. tenho lido seguidamente as manifestações do presidente Aníbal Khury com referência as medidas adotadas pelo Ministério da Justiça com relação as leis que votamos no Estado do Paraná no que diz respeito a normas, correções e medidas ao trânsito, e em todas as reuniões das quais tenho participado tem sido voz corrente que há necessidade de mudarmos esse comportamento de hoje que tudo proíbe em relação as Assembléias Legislativas. Os nossos colegas deputados devem ter se apercebido que com o advento da constituição de 88 criou-se a autonomia dos Municípios, estabeleceu-se um poder de legislar muito grande ao Congresso Nacional, e nós os Deputados Estaduais ficamos com a mortadela do sanduíche, ficamos espremidos, de um lado não podemos avançar porque é autonomia Municipal,

do outro lado não podemos crescer porque esbarra nos limites estabelecidos pela Constituição Federal. E não tem nenhum sentido que não possamos legislar sobre trânsito, porque aquilo que é interesse nosso no Paraná em termos de trânsito certamente não é o mesmo interesse da Amazônia, do Acre, do Pará, de Roraima, do Amapá, e certamente aquilo que deve ser necessidade em termos de legislação de trânsito para Curitiba, não será de Pien, não será de Campo Tenente, não será de Doutor Ulysses, lá da minha Godoy Moreira, da minha Caloré, ou lá da Barra do Jacaré do companheiro Hermas Brandão. Quer dizer, então essa questão está sendo discutida pela UNALE, como também as questões ambientais, nada a ver com aqueles da Amazônia legal, em especial dos Estados já mencionados. Então, esse trabalho vem sendo buscado através das reuniões que temos tido em diversos Estados e buscou-se isso com muita determinação por ocasião da 3ª Conferência Nacional da UNALE lá no Recife. E nós queremos que todos os Deputados possam se deslocar até Florianópolis, são duas ou três horas de viagem, dá para a gente ir de dia, de noite ou de madrugada, e a gente pode lá comparecer um ou dois dias e ter oportunidade de discutirmos pelo menos esses dois temas, a questão da reforma Tributária que interessa muito a nós, e a questão da imunidade tributária que nós temos seguidamente falado desta tribuna, já tivemos em duas ocasiões oportunidade de transmitir essa nossa reivindicação do Paraná ao Deputado Germano Rigoto, que possamos na reforma tributária eliminar a imunidade tributária em cima da energia elétrica gerada pelo Paraná e pelo Estado de São Paulo. É necessário que todos nós possamos nos integrar nesses encontros regionais, para termos força de reivindicação e, posteriormente força de pressão.

Era esse o comunicado que gostaria de fazer, Sr. Presidente, agradecendo desde já o apoio que V. Exa., tenho certeza, dará para que os Deputados possam se deslocar até Florianópolis, porque a questão de transgênicos interessa a nós discutir. A questão da reforma tributária interessa também a nós discutir. Na questão dos transgênicos, ainda ontem, ouvi uma entrevista do senador Osmar Dias, onde ele dizia: é necessário que todos nós possamos ler e conhecer melhor um pouco mais essa questão, para que nós não ficarmos por aí a fora emitindo pontos de vista, sem que tenhamos muitas vezes lido sequer um texto sobre o assunto. É importante que nos qualifiquemos e nos preparemos para isso e que possamos nos estruturar nesta briga ferrenha, que será a votação da reforma tributária, onde o Paraná não poderá continuar perdendo, como vem perdendo. Com a imunidade tributária vão as compensações não positivas, que a Lei Kandir ainda não propiciou a nós paranaenses.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente?

(**Assentimento**)

Senhor Presidente, volto a reiterar o convite feito na tarde de ontem, para a reunião hoje, à noite, a partir da 20:00hs., no Plenarinho desta Assembléia, com a presença do senador Sérgio Machado, para discutir e pegar, por parte desse senador, subsídios com relação a reforma partidária. Reformulo aos Srs. Deputados e as suas assessorias, mais uma vez. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Reitero o convite do Deputado José Maria, para que os Srs. Deputados possam comparecer hoje, às 20:00hs., para ouvir o relator da reforma partidária. Creio que será uma reunião importante.

Quero dizer ao Deputado Orlando Pessuti, que a representação no Paraná, na reunião de Flori-

anópolis, terá o apoio integral da Mesa da Assembléia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 183, 237 e 303/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 066, 139 e 178/99

Levanta-se a sessão.